

23 de março

Em todo país é dia de mobilização pelo PCS e contra o congelamento de salário

Há quase dois anos em luta pelo PCS, os servidores do Judiciário decidiram que vão continuar firmes na defesa de suas reivindicações: aprovação do PCS e contra o congelamento de salário. Em pelo menos 20 estados do país já iniciaram, de alguma forma, os preparativos para retomada das mobilizações, que terá como marco os protestos nacionais do dia 23 de março, próxima quarta-feira.

Em todas as assembleias, ficou claro o descontentamento da categoria com a política de reajuste zero do governo de Dilma Rousseff e com a passividade com que o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria Geral da União vêm admitindo o veto aos projetos que revisam o plano de cargos e salários.

Em São Paulo o Dia Nacional de Luta terá atividades na Justiça Federal, Trabalhista e Eleitoral (veja quadro com as atividades)

“É hora de arregaçar as mangas. São nossos direitos que estão em jogo. Ou partimos para uma forte mobilização ou podemos ter nossos direitos reduzidos e os salários congelados por 10 anos. Mas acredito que a categoria está consciente e, como nos anos anteriores, irá lutar com força e determinação”, disse o diretor do Sintrajud e servidor do TRF Cleber Aguiar.

Ampliada da Fenajufe aprova indicativo de greve a partir de 3/05

Construir a greve por tempo indeterminado a partir de 3 de maio, indicativo a ser submetido à categoria em todo o país, foi um dos principais pontos aprovados na primeira reunião ampliada da Fenajufe em 2011, realizada no último sábado, em Brasília. O encontro também aprovou um calendário de mobilização para o próximo período (ver quadro abaixo).

Delegados reafirmam defesa do PCS

A polêmica sobre a forma de remuneração – se por meio da revisão da tabela atual prevista nos PCSs ou pela alteração para a forma de subsídio, mas a maioria dos delegados da ampliada reafirmou a manutenção da luta em defesa dos planos de cargos e salários, conforme o conteúdo dos PL 6613/09.

Coordenadores da Fenajufe e representantes de vários sindicatos fizeram um histórico dos debates sobre a carreira, que culminaram nos projetos de revisão salarial, e lembraram que em todos os fóruns deliberativos a categoria referendou a tabela de reajuste salarial e outros pontos que constam dos projetos que estão na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

“É importante que fique claro que, no momento, enfrentamos uma conjuntura mais difícil que a do ano passado. Portanto, é fundamental a retomada do movimento de forma unificada, com força total. Também faço um chamado a todos os companheiros para que entendam



Servidores do TRF decidem parar 24 horas

que não há proposta fácil de reajuste, já que a posição do governo é pelo congelamento salarial”, afirmou a diretora do Sintrajud e coordenadora da Fenajufe, Ana

Luiza Figueiredo, ao defender a unidade da categoria em torno da proposta de reajuste previsto no PL 6613.



Assembleia no TRE aprova reforçar a mobilização dia 23 de março



Assembleia na Barra Funda aprova ato no Dia Nacional

Veja como serão as atividades no Dia Nacional de Luta na Capital

TRF/JF

Paralisação de 24 horas, concentração no TRF com assembleia às 15h

JT/Barra Funda

Ato das 13h às 15h, em frente ao prédio da JT/Barra Funda

TRE Miquelina e Dr. Falcão

Assembleia às 13h, no prédio da Miquelina

Calendário de mobilização aprovado na reunião da Fenajufe

23 de março

Dia Nacional de luta pelo PCS e contra o congelamento de salário

23 e 24 de março

Esforço concentrado no Congresso Nacional para pressionar os parlamentares a aprovarem o PL 6613/09

12 e 13 de abril

Jornada Nacional de mobilização

12 a 27 de abril

Rodada de assembleias para discutir a deflagração da greve

3 de maio

Indicativo de greve por tempo indeterminado pelo PCS

Imposto sindical 2011

Sindicato aguarda informação do tribunal para começar devolução

Eleições Sintrajud

Veja Edital e Regulamento para as próximas eleições do Sintrajud

Arbitrariedade

Polícia do Rio de Janeiro prende 13 manifestantes que participavam de ato contra Obama

EDITORIAL

Liberdade para os presos por protestar contra Obama

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, chefe da maior economia do mundo, não veio ao Brasil a passeio. Com uma comitiva dona de números astronômicos – 21 aviões, 30 carros, quase mil pessoas, dentre elas 400 empresários – veio atrás do nosso ‘ouro negro’ e do estabelecimento de condições comerciais que permitam aos norte-americanos dobrar o volume de exportações ao Brasil em poucos anos. Não somos nós que dizemos isso. Está escrito em um documento que acabou público assinado pelo governo dos EUA.

A chegada dos estadunidenses ao país moveu um aparato de recepção jamais visto no país para um chefe de estado. No Rio, as três esferas de governo prepararam com espantosa subserviência uma grande festa para recebê-lo: dezenas de ruas interditadas, transporte público interrompido e até eventos culturais adiados.

Mas este seria o aspecto mais ‘soft’ da estrutura mobilizada. Também foi montado um gigantesco aparato policial que esteve mais do que preocupado com a segurança de Obama. Foi usado para reprimir de forma bárbara o direito legítimo, e também legal, do protesto. O modo brutal como a Polícia Militar do Rio reagiu ao suposto lançamento de um coquetel molotov contra o consulado dos Estados Unidos, que lamentavelmente causou ferimentos leves num segurança, revela mais do que uma agressão a centenas de pessoas – homens, mulheres, crianças, inclusive. Nos mostra também que, às vésperas da chegada do político mais poderoso do mundo ao país, não havia por parte da polícia que acusou o ato contra o consulado quaisquer preocupações em identificar e deter o autor dessa ação.

Pois lançar dezenas de bombas de gás lacrimogêneo, disparar

A repressão policial montada para ‘receber’ Obama, além desrespeitosa para com o povo brasileiro, levou a prisão de 13 pessoas que apenas expressavam suas opiniões, primeiros presos políticos do governo Dilma

tiros com bala de borracha e despejar gás de pimenta indistintamente sobre as pessoas, criando uma tremenda nuvem e confusão, era o modo mais fácil de facilitar a fuga dos responsáveis pela ação.

Mas não ficou nisso a desastrosamente bárbara atuação da polícia do governador Sérgio Cabral, um dos principais aliados de Dilma. Após o término do ato, quando as pessoas já se dispersavam e caminhavam em direção às suas vidas, a PM decidiu deter diversos manifestantes para depois acusá-los de serem os responsáveis pelo coquetel molotov.

Detidos na delegacia, sem quaisquer provas razoáveis que indicassem responsabilidade deles no caso, com jogadas vergonhosas e criminosas de marketing que incluíram a exibição para fotógrafos e cinegrafistas de um solitário coquetel molotov, supostamente apreendido, sobre cartazes políticos e públicos do ato público, o governo do estado do Rio – e não só a polícia – decidiu prender em flagrante 13 manifestantes – um menor de 17 anos, nove homens e três mulheres –, acusando-os de causar incêndio em um prédio de uso público e de lesão corporal.

O caso nos mostra o quanto é impossível se falar no Brasil de hoje em ‘estado democrático de direito’.

Por trás do que aconteceu no Rio, está o avanço de uma política que tenta tornar crime a pobreza, os movimentos sociais e sindicais e até o direito ao protesto, à discordância e à manifestação de opinião. Concorde-se ou não com elas, os manifestantes que protestavam contra a visita de Obama levavam para as ruas propostas e questões relevantes, determinantes para o futuro econômico, político e social do país – caso da venda antecipada, sabe-se lá em que condições, das nossas reservas do pré-sal, e do acordo de livre comércio, em termos também pouco conhecidos, com os EUA.

Mais do que uma coincidência, é simbólico que tenha sido daqui, tendo Dilma como anfitriã, em meio a sua investida para dominar a nossa reserva de pré-sal, e em meio à prisão de pessoas que defendiam nas ruas suas opiniões, que Barack Obama tenha ordenado o bombardeio da Líbia. Mais uma das ações militares mortíferas com fins econômicos maquiada de defesa da democracia e da vida universal. A luta pela libertação dos 13 presos políticos é também a luta contra regimes opressores, genocidas e que vendem o direito dos povos ao sonho e à vida.

IDEIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

O nome é outro

Silvio Natal*

A expressão “o rabo que abana o cachorro” diz bem da inversão de valores que acomete o Brasil quando o assunto é política fundiária. O Incra, tem funcionários e recursos em número muito superior àqueles a disposição do ministro titular da Pasta a que se subordina, coisa que só faz sentido no mundo petista. A Reforma Agrária – secular bandeira das esquerdas – deveria consistir na distribuição de terras e recursos agrícolas de modo a assentar agricultores sem terra e, ao mesmo tempo, desenvolver a agricultura e promover justiça social. Criado em 1970, com o propósito de implementá-la, até hoje estamos esperando, pacientemente, que o Incra a faça sair do papel. Sejamos honestos: como é possível alguém falar seriamente em “reforma” (de qualquer coisa) por 41 anos (!) e tudo continuar igual, senão pior que antes? O vocábulo “reforma” pressupõe disposição de mudar algo que esteja insatisfatório num período razoável. “Reforma” implica, em certa medida, idéia de ruptura com padrões antigos, apontando no sentido de rápida quebra de paradigma e extraordinário progresso em relação ao modelo anterior, supostamente obsoleto, ineficiente ou improdutivo. O que, neste sentido, ocorreu nestes longos 41 anos? Em pleno Sec. XXI, continuam os pequenos agricultores beneficiários dos programas do Incra – boa parte analfabetos – trabalhando na lavoura com enxadas e foices.

Logo, o nome disso não é “reforma”, é embuste; “embuste agrário”! E não é por falta de verba pública que as coisas se-

guem nesse sonolento vai-da-valsas, porque dinheiro tem e até de sobra. Terra, então, é o que menos falta!

Em 41 anos o programa de assentamentos do Incra não conseguiu fixar na terra sequer 1 milhão de famílias de camponeses e a área que hoje eles ocupam constituem, talvez, no maior latifúndio improdutivo do mundo! Se forem aplicar ao conjunto dos assentamentos os tais índices de produtividade ‘corrigidos’ que querem impingir aos fazendeiros, veriam que pouco mais de 5% têm alguma autonomia, conseguindo extrair da terra o seu sustento sem ajuda dos programas sociais.

A grande maioria das famílias vive de adjutórios tipo bolsa família, aposentadoria rural, pensões, seguro-desemprego e quejandos – nada a ver com “produção” ou “produtividade” no meio rural, que seria o escopo de uma reforma digna do nome. Para manter – e ampliar – esse retumbante fracasso a que chamam (indevidamente) “reforma” agrária, o Ministério do Desenvolvimento Agrário recebe, este ano, R\$6,3 bilhões retirados do orçamento da União, dos quais repassa R\$4,3 bilhões ao Incra, aquele tal rabo que abana o cachorro! Não há praga na lavoura que custe mais ao bolso do contribuinte.

* Silvio Natal é servidor aposentado

IDEIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br; contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Imagem da semana



Manifestantes protestam no Rio contra visita de Obama

Servidores do Judiciário elegem seus representantes ao 6º Congresso do Sintrajud

Principal instância de deliberação da categoria, o 6º Congresso acontece do dia 31 de março a 3 de abril, em Itapecerica da Serra

O 6º Congresso acontece do dia 31 de março e 03 de Abril, em Itapecerica da Serra, e será um importante momento para que a categoria analise a situação econômica, política e social do mundo e do país, para ter uma compreensão mais ampla sobre os desafios colocados para os próximos anos.

Vive-se um momento em que os trabalhadores estão perdendo, não sem resistência, direitos trabalhistas e previdenciários. Isso está acontecendo em alguns dos mais importantes países do planeta: França, Inglaterra, Portugal, Espanha. Resultado do desembolso de trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro, que ruiu em 2008, com a Crise Econômica Mundial.

No Brasil não está sendo diferente. O PLP 549/09 (que congela os salários e os investimentos no setor público por 10 anos) já está sendo aplicado no anual desrespeito à data-base dos servidores públicos e agora com o corte de R\$ 50 bilhões no

orçamento da União. Uma nova reforma da previdência dos trabalhadores da iniciativa privada começa a ser discutida, assim como a flexibilização dos direitos trabalhistas.

“O congresso será um momento para que possamos debater desde essas questões mais amplas até os problemas que acontecem no local de trabalho. De certa forma, vamos debater de que maneira elas (essas questões maiores) refletem no nosso cotidiano”, destacou Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud.

O 6º Congresso também irá debater outro tema fundamental para a categoria: a luta pelo PCS. O evento será o momento para que os servidores de diferentes locais do estado de São Paulo e diferentes segmentos da justiça possam trocar experiências e pensar sobre quais serão as melhores táticas para fortalecer a mobilização pelo PCS e garantir os direitos, seriamente ameaçados pelo governo.

O que dizem alguns delegados

Buscar uma solução para a luta contra o congelamento salarial é o que motiva o servidor **Fábio Aparecido Ferreira**, do Pedro Lessa, a participar do 6º Congresso:

“Este momento é crucial e está sendo o mais difícil. É um momento em que o sindicato está precisando de apoio. Por isso vou participar”, disse.

Já o servidor **Haroldo Maia**, também do Pedro Lessa, disse querer participar para poder conhecer um pouco mais o sindicato, para poder debater os seus rumos:

“Todo debate é positivo. Quando você debate, mesmo que não se conclua nada na hora, mas você pode encontrar a solução depois”, afirmou.

Para **Maurício Rezzani**, um dos delegados do TRE ao congresso, é importante a participação justamente porque a categoria está num momento de dificuldade para seguir a luta por melhores salários e melhores condições de trabalho:

“Para ajudar a solucionar os problemas no local de trabalho e na campanha salarial é preciso que o pessoal da base, de cada local de trabalho, dê suporte ao sindicato. Por isso vou participar do congresso”, ponderou.

Imposto Sindical 2011: Sintrajud aguarda informações do tribunal para começar a devolução

Muitos servidores estão ligando para o sindicato buscando informações sobre a devolução do Imposto Sindical (IS). Antes de tudo, o Sintrajud reafirma que irá devolver a parte que lhe cabe nesse famigerado imposto, 60%.

Para isso acontecer, entretanto, a administração do TRF-3 precisa passar algumas informações ao sindicato, bem como o dinheiro correspondente. Pela lei, o tribunal tem até o dia 30 de abril para informar os nomes dos servidores, os valores descontados e repassar o dinheiro, somente após esse trâmite será iniciada a devolução.

Todas as informações sobre a cobrança do Imposto Sindical, bem como sobre a sua devolução, serão disponibilizadas no site do Sintrajud e no jornal da entidade, o Jornal do Judiciário.

Vale destacar que os outros 40% do IS são distribuídos da seguinte forma: 5% para a Confederação, 10% para a Central Sindical, 15% para a federação, 10% para a conta Especial Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho.

Como nem a CSP-Conlutas (Central sindical a qual o Sintrajud é filiado), nem a Fenajufe recebem o IS, a parte que lhes cabe do imposto irá para a Conta Especial do MTE. Não temos informação se a

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) receberá a sua parte, 5%; se não receber, o dinheiro vai para o MTE.

Por que estão descontando o Imposto Sindical?

A cobrança começou no ano passado, depois que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), entidade sem qualquer representação junto aos servidores do Judiciário, entrou com uma ação no Conselho da Justiça Federal (CJF) requerendo a sua parte nesta cobrança, que é de 5%. Tal pedido só foi possível, porque, em 2008, o Minsitro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT) baixou a portaria 01/2008 autorizando a cobrança do IS sobre os servidores públicos.

Ainda em março do ano passado, o Sintrajud iniciou uma campanha política e jurídica contra o imposto. Foram elaborados jornais especiais para explicar aos servidores que o Imposto Sindical acaba com a autonomia dos sindicatos perante o Estado, pois este arranca dos trabalhadores o dinheiro e distribui para as entidades que o apoiam. Tanto é assim, que somente em 2009 a Central Única dos Trabalhadores (CUT), braço sindical do PT, recebeu de IS R\$ 26,7 milhões, enquanto a Força Sindical, li-



Ato contra o Imposto Sindical no TRF, em 2010

gada ao PDT, recebeu 22,6 milhões.

Como parte da campanha, e na luta para impedir a cobrança, o Sintrajud ingressou com duas ações judiciais, uma em São Paulo e outra em Brasília, e um Requerimento Administrativo, que aguarda julgamento de recurso. A presidência do TRF-3 também foi procurada pela diretoria do sindicato para que a cobrança do IS fosse suspensa, reivindicação negada pela administração. Então o sindicato devolveu aos servidores a sua parte do Imposto Sindical, 60%.

De acordo com o Departamento Jurídico do Sintrajud não há novidades na tramitação das ações judiciais, e o sindicato já

começa a preparar a devolução do Imposto Sindical a todos os servidores, assim como foi no ano passado.

O Imposto Sindical e o governo Lula

Em março de 2008, o então presidente Lula sancionou a lei 11.648 legalizando as centrais sindicais, o que é interessante, pois, os trabalhadores têm o direito de terem suas entidades devidamente legalizadas. Na mesma lei, por outro lado, Lula manteve a cobrança do IS, que data de 1943, numa legislação criada no momento mais repressivo do governo Vargas, e distribuiu os seus recursos da seguinte forma:

05% Para a confederação correspondente
10% Para a central sindical
15% Para a federação

60% Para o sindicato
10% Para a Conta Especial Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho e Emprego

Polícia usa bombas de gás e prende manifestantes no protesto contra Obama

A Polícia Militar usou bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha para reprimir a manifestação contra a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao país, realizada no Centro do Rio, ao final da tarde desta sexta-feira (18). Treze pessoas foram detidas logo após o protesto. Os manifestantes estão nos presídios de Água Santa e em Bangu 8. Um menor de idade está preso, e pode ser recolhido ao Instituto Padre Severino

“Presos por quê?”, indagou uma manifestante após um grupo de pessoas serem detidas quando caminhavam em direção ao Passeio Público, ainda no Centro da cidade, num momento em que o ato já havia terminado.

“Estávamos fazendo uma manifestação pacífica. É um direito nosso protestar. Todo nosso material está preso, nossas faixas estão presas, trabalhadores e estudantes honestos

estão presos, é um direito constitucional protestar”, disse o presidente estadual do PSTU e ex-deputado federal Cyro Garcia.

A violenta repressão ao protesto, ocorrida quando os manifestantes se encontravam em frente ao consulado dos EUA no Rio, foi criticada pelas organizações que promoveram o ato público. “Era muito gás”, diz uma manifestante sobre a quantidade de bombas lançadas pelos policiais.

Os ativistas políticos afirmam que os acordos que o governo federal pretende firmar com os Estados Unidos são prejudiciais aos interesses do povo brasileiro.

Os aspectos mais criticados são a venda de parte das reservas de pré-sal e um tratado comercial que está sendo apontado como uma reedição disfarçada da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

A manifestação começou ao final da tarde na Candelária, de onde os manifestantes saíram em direção à Cinelândia, tradicional percurso de atos políticos do Rio. Eles interromperam meia pista da avenida e, ao chegarem à Cinelândia, praça onde Barack Obama faria o comício no domingo que acabou cancelado, seguiram em direção ao consulado. O ato reuniu algumas centenas de pessoas e foi o tempo todo ‘acompanhado’ pela Polícia Militar.

O pedido de libertação dos presos políticos foi entregue acompanhado de uma comissão de parlamentares, formada pelo senador Lindberg Farias (PT), pelos deputados federais Chico Alencar (PSOL), Jean Wyllys (PSOL), Stepan Nercessian (PPS) e a deputada estadual Janira Rocha (PSOL). Lindberg foi recebido em nome da comissão, e argumentou pedindo a libertação do grupo.

Ampliada da Fenajufe aprova moção de protesto contra prisão de manifestantes no Rio

Ao final da reunião ampliada da Fenajufe realizada neste sábado, 19 de março, em Brasília, os delegados aprovaram uma moção de protesto contra o ato da polícia do Rio de Janeiro

Confira abaixo a moção:

“Nós, trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, reunidos na reunião ampliada da Fenajufe, no dia 19 de março, em Brasília, protestamos contra a prisão de 13 ativistas que participavam de uma manifestação pacífica contra a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, ao país. A existência de presos políticos é um claro atentado contra as liberdades democráticas no país. Exigimos a libertação imediata e a revogação de todas as acusações”

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO SINTRAJUD

Os Coordenadores Gerais do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – **SINTRAJUD/SP**, no exercício da competência que lhes confere o ARTIGO 13, LETRA “K” do Estatuto da entidade, FAZEM SABER que nos dias **25 e 26** de maio deste ano serão realizadas eleições para a Diretoria Executiva deste Sindicato. **As eleições ocorrerão em todos os locais de trabalho** das Justiças: Federal, do Trabalho, Eleitoral e Militar, onde tenham sindicalizados e na sede e subseções da Entidade, sempre obedecendo o **horário de expediente de cada local**. A Comissão Eleitoral especificará os horários e dias de coleta de votos para cada um dos locais, com ampla divulgação.

Poderão votar e ser votados todos os que tenham se sindicalizado até o dia **24/03/11**, e que estejam em pleno gozo dos direitos sociais, quites com a tesouraria do Sintrajud e que não tenham sofrido qualquer punição prevista no estatuto deste sindicato, no período anterior a um ano do pleito (art. 43, letras “a” até “d” do estatuto do Sintrajud).

A inscrição das chapas concorrentes se dará no prazo de **28/03/11 a 11/04/11** quando a secretaria do SINTRAJUD/SP estará aberta para recebê-las, no horário das **11h às 19h**. Este edital deverá estar afixado na sede do SINTRAJUD/SP e nos quadros de avisos e locais visíveis pelos servidores na sede do TRT 2ª Região e respectivos fóruns, da Justiça Militar da União, na sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região respectivos fóruns e na sede do Tribunal

Regional Eleitoral, a partir do dia **22/03/2011**, até o término do prazo para inscrições de chapas.

A comissão eleitoral coletará os votos dos associados em dia e hora pré-determinados, podendo ainda designar representante para a coleta de votos nos locais por ela determinados, conforme art. 2º e parágrafo único do Regulamento do Processo Eleitoral da Diretoria Executiva, que faz parte integrante do Estatuto, e também é parte integrante deste edital, conforme art. 46, letra “e” do estatuto expresso em anexo.

Os aposentados filiados votarão na sede e subseções do sindicato ou através de “voto em separado” em qualquer local de votação (art. 5º do Regulamento do Processo Eleitoral).

Fica também convocada, por este Edital a **ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL** a realizar-se no dia **16/04/11** (art. 47 do estatuto) às **17h**, no auditório do SINTRAJUD/SP, na Rua Antônio de Godoy, n.º 88, 15º andar, em primeira convocação, com a presença de 50% mais um dos associados quites com a tesouraria e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número, cuja pauta será a eleição de no mínimo três membros da comissão eleitoral e um representante de cada chapa inscrita, garantida sempre a composição ímpar, bem como indicará o seu Presidente (art. 49 e parágrafo único do Estatuto), que assumirão a coordenação do processo das eleições sindicais..

São Paulo, 21 de março de 2011

Eliseu da Silva Trindade

Démerson P. G. Dias

Leica Claudio Silva

COORDENADORES GERAIS

REGULAMENTO DO PROCESSO ELEITORAL DA DIRETORIA EXECUTIVA

PARTE INTEGRANTE DO ESTATUTO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD.

(Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/04/1999)

Seção I Do processo de eleição

Art. 1º - O processo de eleição da Diretoria Executiva do SINTRAJUD é descrito nos artigos 41 a 51 do Estatuto e nos procedimentos relativos à coleta e apuração de votos a seguir descritos.

Seção II Do procedimento para a coleta e Apuração dos Votos

Art. 2º - A comissão Eleitoral coletará os votos dos associados em dia e hora pré-determinados.
Parágrafo Único: A Comissão Eleitoral poderá designar representante para a coleta de votos nos locais de trabalho.

Art. 3º - As chapas que concorrem à Diretoria Executiva, com a respectiva nominata, constarão da cédula de votação, na qual estarão relacionados os nomes de todos os candidatos inscritos e respectivos locais de trabalho.

Art. 4º - A votação dar-se-á no lapso de até 5 (cinco) dias úteis, durante o período de expediente, com a fixação de honorários a ser divulgada antecipadamente, a critério da Comissão Eleitoral.
Parágrafo Único: Em caso de não haver expediente, a eleição realizar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente.

Art. 5º - Os aposentados filiados votarão na sede do sindicato ou através de “voto em separado”, em qualquer local de votação.

Art. 6º - No caso de o nome do associado não constar na lista de eleitores, a cédula será colocada em envelope numerado e constará no livro de Atas para posterior averiguação do cumprimento do artigo 43 do Estatuto do SINTRAJUD.

Art. 7º - Findo o prazo de votação será lacrada a urna e lavrada a ata circunstanciada de todos os acontecimentos ocorridos durante a votação, assinada pelo Presidente da mesa e pelos mesários indicados pelas chapas inscritas.

Art. 8º - Cada chapa poderá indicar 1 (um) fiscal e 1 (um) mesário por urna, para cada uma das mesas apuradoras.

Art. 9º - A apuração das eleições dar-se-á no último dia do pleito, imediatamente após o encerramento da votação e na sede do sindicato.

Art. 10º - A proclamação das eleições dar-se-á imediatamente após o encerramento da apuração, sendo eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos.

Art. 11º - Em caso de empate para definir a chapa vencedora, proceder-se-á no novo escrutínio, na qual participarão somente as chapas que empataram.

Art. 12º - A divulgação dos resultados da eleição dar-se-á no primeiro dia útil após a proclamação dos eleitos.

Art. 13º - Para efeito de apuração final, a Comissão Eleitoral tomará conhecimento dos recursos interpostos, sendo que o julgamento será realizado dentro de 5 (cinco) dias, cabendo pedido de reconsideração dentro de 24 (vinte e quatro) horas a contar da ciência da decisão.

Art. 14º - A violação das disposições eleitorais consignadas no presente Estatuto tornará nula a seção onde ela ocorrer.

Parágrafo Único – Proceder-se-á a nova eleição na seção eleitoral onde for anulada, quando o número de votos possa alterar o resultado final do pleito.

**Jornal do
Judiciário**

**Órgão Oficial do Sindicato dos
Trabalhadores do Judiciário
Federal no Estado de São Paulo**

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.